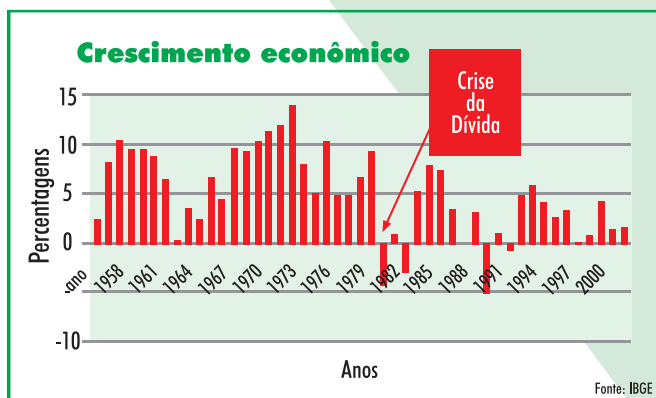
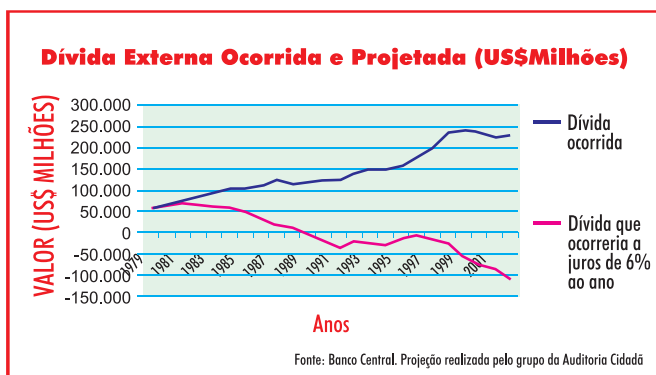


# A DÍVIDA EMPERRA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O endividamento público está travando o desenvolvimento brasileiro há mais de 2 décadas. Desde o início da década de 80, quando os Estados Unidos aumentaram, de forma unilateral e ilegal, as taxas de juros que pagávamos a eles, o país vive uma ciranda sem fim: a do corte de gastos sociais para o pagamento da dívida, acentuando-se o quadro de recessão e desemprego



Como resultado dessa espoliação, de 1979 a 2002, o Brasil enviou ao exterior, a título de juros e amortizações da dívida externa, US\$ 158 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco! Caso os credores não tivessem aumentado as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para pagarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US\$100 bilhões! O gráfico abaixo mostra que se as taxas de juros internacionais não tivessem sido majoradas, mantendo-se no patamar de 6% ao ano, a dívida teria tomado um rumo completamente oposto ao que efetivamente tomou.



Nos anos 90, o país foi submetido a mais um ciclo de endividamento externo e interno, para financiar a enxurrada de importações do Plano Real. As altas taxas de juros internas, estabelecidas para atrair o capital externo – sem o qual não se conseguiria financiar o elevado volume das importações – determinaram também o

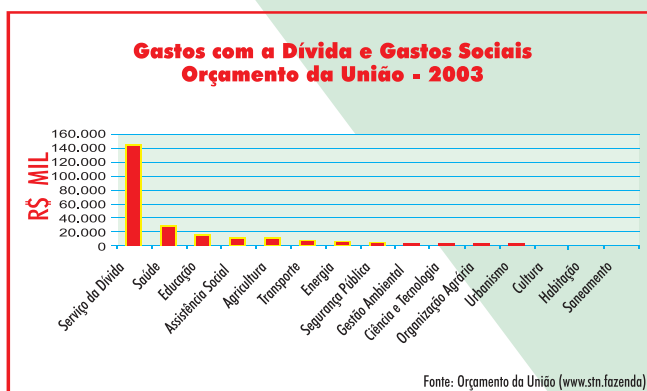
aumento da dívida interna. O enorme corte de gastos que o governo tem implementado para produzir o chamado “superávit primário” e pagar a dívida não tem sido suficiente para pagar sequer uma parte dos juros. O que se dirá então do principal da dívida!

Desta forma, a Dívida sofre um aumento contínuo, uma vez que, mesmo com violentos cortes de gastos sociais, o governo não consegue pagar as altas cargas de juros de sua dívida.

## A Dívida em 2003

De janeiro a setembro de 2003, o governo federal, os estados e municípios “economizaram” R\$ 57 bilhões para pagar a dívida pública, o que significou 5,08% do PIB (até mais que os 4,25% impostos pelo FMI). Como sempre, isso não foi suficiente para pagar nem mesmo os juros dessa dívida, que atingiram R\$ 113,9 bilhões, o que correspondeu a 10,14% do PIB.

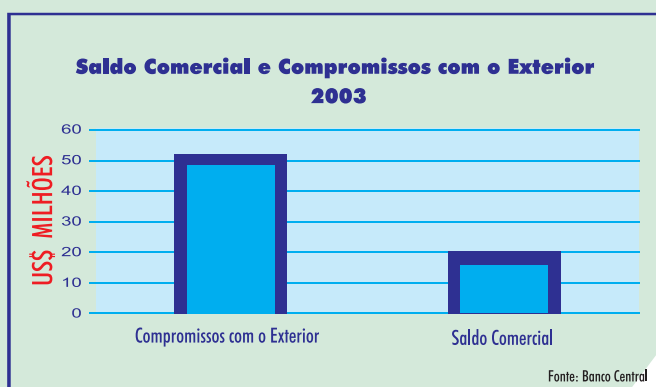
Se observarmos especificamente o orçamento federal de 2003, veremos que, enquanto foram destinados R\$ 145 bilhões para o pagamento das dívidas externa e interna, apenas R\$ 81,3 bilhões serão destinados à soma dos gastos com Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Energia e Transporte. Além disso, gastos fundamentais estão sendo relegados a segundo plano, como urbanismo, habitação e saneamento, onde foram consumidos menos de 5% do programado para o ano. Não sobrou quase nada para os investimentos: apenas 6% dos parcos R\$ 14 bilhões foram efetivamente aplicados nos 8 primeiros meses do ano.



E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? **Não!** A Dívida Líquida do Setor Público passou de 56,5% do PIB, em dezembro de 2002, para 57,7% em setembro de 2003. Até quando vamos continuar com essa política suicida?

## A Vulnerabilidade Externa

Enquanto isto, a dívida externa continua subindo, devido aos 3 primeiros saques do acordo com o FMI (que totalizaram US\$ 14,3 bilhões). A Dívida, que era de US\$ 227,7 bilhões em dezembro de 2002, atingiu em julho (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 235,5 bilhões. Em 2003, o tão comemorado saldo comercial recorde (de US\$ 20,5 bilhões, segundo as previsões do governo) não será suficiente nem mesmo para pagarmos a metade de nossos compromissos com o exterior, dentre eles: os juros da dívida externa (US\$ 13,7 bilhões), as remessas de lucros das multinacionais aqui instaladas (US\$ 5 bilhões), os serviços contratados do exterior (US\$ 5,5 bi), e as amortizações do principal da dívida (US\$ 27,1 bilhões). Ou seja, a opção pelo modelo econômico neoliberal torna o país permanentemente dependente de novos empréstimos para pagar as dívidas anteriores, submetendo-nos aos “acordos” com o FMI, que exigem a adoção de uma série de medidas.



## Os últimos acordos com o FMI

Em 2002, FHC fechou um acordo de US\$30 bilhões, com a anuência dos candidatos à presidência da República. Em 2003, depois de sacarmos US\$ 17,6 bilhões do FMI, nossas reservas cambiais (utilizadas nas transações com o exterior) ainda estão muito baixas. Estas reservas têm garantido a continuidade do pagamento dos compromissos com os credores, por isso o FMI tem suprido o país com os onerosos empréstimos, que compõem, hoje, a maioria das nossas reservas.



Portanto, a fim de garantir a continuidade dos pagamentos aos credores e ao próprio Fundo, o governo Lula fechou mais um acordo com o FMI, no valor aproximado de US\$ 10 bilhões. Além do custo financeiro, os empréstimos do fundo impõem também pesada exigência de ações políticas e econômicas. Nessa linha, as reformas anti-sociais têm sido cada vez mais aprofundadas pelo governo.

## O FMI

Em 1944, a Conferência de Bretton Woods instituiu um novo sistema financeiro internacional, baseado no padrão ouro-dólar, em substituição ao padrão ouro. Era o início da hegemonia dos EUA, que a partir daquele momento teriam o poder de controlar a moeda que seria usada para as transações internacionais. Naquela ocasião foi criado o FMI (Fundo Monetário Internacional), com a finalidade de zelar pelo equilíbrio dos balanços de pagamentos dos seus países membros, evitando crises de sobre-endividamento. O papel do Fundo seria então o da cooperação internacional através da disponibilização de recursos aos países, sem a imposição de medidas comprometedoras da estabilidade e da prosperidade destas nações.

Porém, ao longo das últimas décadas, o FMI traiu seu estatuto e passou a agir em defesa dos credores. Estimulou países a se sobre-endividarem e impôs pacotes de salvamento condicionados à adoção de políticas econômicas anti-sociais. Os empréstimos são concedidos em diversas parcelas, de forma a obrigar os países a cumprirem as metas determinadas. Não raro os termos destes acordos são sigilosos, não estando disponíveis para o público em geral.

As imposições mais conhecidas são as metas fiscais, que limitam os gastos sociais e liberam completamente os gastos com juros da dívida. Porém, além disto, o Fundo também começa a exigir reformas estruturais, como as Reformas do Estado (redução dos gastos com pessoal), privatizações, liberalização financeira e comercial, e modificação nas leis trabalhistas. No governo FHC, todas estas imposições já podem ser encontradas nas Cartas de Intenção ao FMI (podem ser acessadas em [www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)) desde o acordo de novembro de 1998. Em 2002, Fernando Henrique firma mais um acordo com o Fundo, em meio a mais uma crise no balanço de pagamentos brasileiro. O acordo, de US\$ 30 bilhões, obteve a anuência prévia dos 4 principais candidatos à eleição presidencial (entre eles, Lula), o que apenas demonstrou a total arrogância e autoritarismo do Fundo. O referido acordo exigia as reformas da previdência, tributária, a aprovação da Lei de Falências e a independência do Banco Central. Tudo isso vem sendo cumprido religiosamente pelo governo Lula.

# As reformas IMPOSTAS pelo FMI

## A Reforma da Previdência

Duas grandes marchas de dezenas de milhares de pessoas a Brasília não impediram que o governo continuasse trabalhando pesadamente para a aprovação da Emenda Constitucional da reforma da previdência. O projeto que privatiza a previdência dos servidores públicos foi votado na Câmara em agosto, em meio a denúncias de compra de votos de parlamentares e oferta de verbas e cargos, expediente inaceitável sob todos os aspectos, especialmente sob o prisma ético. Decisões judiciais que autorizavam a entrada do público nas sessões legislativas que trataram da questão foram sumariamente desrespeitadas pela mesa da Câmara, enquanto servidores públicos eram espancados no interior da "Casa do Povo". Nem mesmo durante os tempos negros da ditadura não se viu tamanha violência. Manobra nunca vista vem sendo utilizada mediante a apresentação de uma "PEC Paralela", medida claramente inconstitucional que desrespeita o poder legislativo.

O privilégio ao setor financeiro é evidente. Bastou o governo alardear o falso rombo da previdência pública para as receitas dos fundos de previdência complementar (controlados pelos banqueiros) aumentarem em 70% no primeiro semestre deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado.

## A Reforma Tributária

Contrariando todos os discursos do Partido dos Trabalhadores no passado recente, a reforma tributária proposta pelo governo não reduzirá os tributos incidentes sobre o consumo (que oneram pesadamente as classes mais baixas), e nem acabará com as benesses fiscais concedidos ao grande capital durante o período FHC. A reforma visa, essencialmente, a manutenção da CPMF e da DRU (mecanismos sempre condenados pelo PT no passado recente) que permitem a manutenção da carga tributária e o desvio de recursos públicos para o pagamento da dívida. A redução do ICMS sobre produtos da cesta básica e medicamentos, proposta na reforma, é uma medida muito tímida, visto que mesmo as famílias de mais baixa renda (até 2 salários mínimos) gastam com esses tipos de bens apenas 37,6 % de seu orçamento. Além disso, esse produtos também são onerados por outros tributos além do ICMS.

Mas o cúmulo da incoerência é a recente decisão do governo de não atualizar monetariamente a tabela do Imposto de Renda (IR), que desde 1996, teve um reajuste de apenas 17,5%, contra uma inflação de 78% no período. Caso a tabela tivesse sido reajustada adequadamente, o limite de isenção do IR deveria estar em mais de R\$ 1.600, e não em R\$ 1.058. Isto fez com que milhões de assalariados de baixa renda passassem a pagar indevidamente o IR. Mantendo o congelamento da tabela para arrecadar mais (para pagar os juros da dívida), o governo perpetua um cínico e cruel confisco sobre os trabalhadores.

## A Nova Lei de Falências

No dia 15 de outubro, foi aprovada a nova Lei de Falências (PL-4376/93) na Câmara dos Deputados, que coloca os créditos tributários em igualdade de condições com os créditos devidos a emprestadores que exigiram garantias (geralmente bancos). Essa alteração - imposta pelo FMI - é muito grave, pois coloca o interesse privado acima do interesse público. O credor mais importante é a coletividade, na forma do

pagamento de impostos, e não o setor financeiro privado, como indica o novo texto legal. O PL-4376/93 também prejudica o recebimento dos créditos trabalhistas, ao garantir a prioridade absoluta para o pagamento dos "adiantamentos de contratos de câmbio", que são empréstimos concedidos a empresas exportadoras, geralmente, também, por instituições financeiras.

## A Independência do Banco Central

A Independência do Banco Central é outra imposição do FMI, e virá no sentido de impedir que o governo, eleito pelo povo, possa intervir nas funções do Banco Central, como a administração das taxas de juros, da dívida pública e o controle de capitais financeiros. Logo agora, quando a mudança na administração destas funções se faz absolutamente necessária, para que seja possível uma verdadeira mudança na política econômica brasileira. No primeiro semestre deste ano já foi promulgada uma modificação na Constituição que acabou com a limitação dos juros reais a 12% ao ano e permite que a aprovação da Independência do Banco Central se dê apenas com maioria simples dos parlamentares, e não mais 3/5.

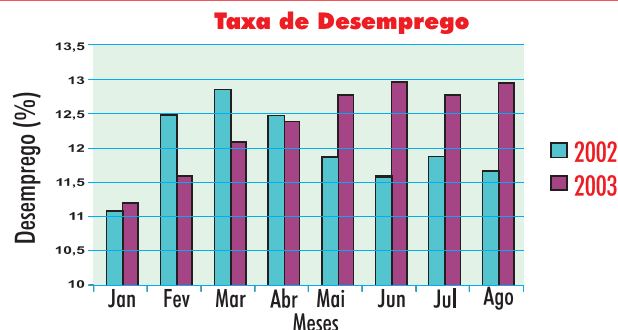
## AS CAC's (Cláusulas de Ação Coletiva)

Os dois últimos empréstimos tomados pelo governo brasileiro junto aos banqueiros internacionais, mediante a emissão de títulos públicos, foram regulados pelas CAC's (Cláusulas de Ação Coletiva). Estas cláusulas transferem para o foro de Nova Iorque qualquer resolução de controvérsia sobre a dívida externa, o que significa nada menos que a renúncia à soberania nacional por parte do próprio governo brasileiro.

## Os Resultados da política adotada por Lula

Após 9 meses, a renda dos salários está 14% menor, e o desemprego 12% maior em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os banqueiros nacionais aumentaram seus lucros em 45% no primeiro semestre, em comparação ao mesmo período de 2002 (segundo o próprio Banco Central).

Como vemos, o governo - e o FMI - não estão brincando em serviço. Caso não nos mobilizemos agora para impedir as reformas, haverá um retrocesso sem precedentes na luta histórica dos trabalhadores pelos seus direitos. Infelizmente, as conquistas mais importantes dos trabalhadores nas últimas décadas, conseguidas após muita luta, estão sendo desprezadas pelo governo que tanto lutamos para eleger.



# Estudo do FMI defende a MORATÓRIA

A última edição do "World Economic Outlook", divulgado em setembro de 2003, traz um estudo surpreendente, não pelo seu teor, mas pela sua origem: o próprio FMI.

O estudo analisou 79 países, no período de 1970 a 2002. A partir desta base de dados, foram identificados em cada um destes países os casos nos quais houve, num intervalo de 3 anos, uma redução de dívida. Foram então selecionadas as 15% maiores reduções de dívida, o que gerou um grupo de 26 casos, nas quais a dívida caiu em pelo menos 18% do PIB.

Para identificar as causas destas 26 reduções de dívida, o FMI levantou vários possíveis fatores: ajustes fiscais (cortes de gastos sociais para pagar a dívida), crescimento econômico (que permitiria ao governo aumentar sua arrecadação, pagando mais facilmente seus débitos), inflação (que reduziria o valor real das dívidas), privatizações (que forneceriam ao governo o dinheiro necessário para pagar a sua dívida) e, finalmente, as tão "temidas" moratórias.

Ao final do seu estudo, o FMI chegou à tão esperada conclusão: das 26 reduções de dívida analisadas, nada menos que 19 delas ocorreram devido a moratórias declaradas pelos paí-

ses devedores. Apenas os 7 casos restantes ocorreram devido a uma combinação de crescimento econômico e ajuste fiscal. É uma conclusão sem precedentes feita por uma instituição que sempre impôs a todos os países por ele "ajudados" um modelo único: o ajuste fiscal sem fim.

É também o fim de um tabu: o de que "não se pode nem ao menos discutir a questão da moratória, pois, caso contrário, haverá um caos nos países que, simplesmente, levantarem essa questão". E esse tabu é quebrado logo no meio mais conservador de todos, por uma instituição que sempre defendeu os interesses dos credores, portanto, totalmente insuspeita para divulgar um estudo desta natureza. Ao lançar o estudo, o economista-chefe do FMI, Kenneth Rogoff, ao analisar a situação brasileira, afirmou, de forma sugestiva:

"A Dívida Interna é grande. A Dívida Externa é muito alta. Esses problemas não desaparecem da noite para o dia e continuarão absorvendo uma parcela do crescimento nos próximos anos, a menos que o país adote medidas mais radicais"

Enquanto isso, os governos que continuam seguindo a cartilha do Fundo querem ser mais realistas que o Rei,

mantendo os perversos ajustes fiscais, enquanto o próprio FMI diz abertamente que a sua política ditada por décadas sempre foi um verdadeiro engodo.

Recentemente, alguns economistas de renome também quebraram o tabu, afirmando que a moratória deve ser uma alternativa a ser pensada. Dia 31 de agosto, ninguém menos que Celso Furtado afirmou: "É preciso preparar o país para a moratória (...) Temos de agir rapidamente para fazer face às questões sociais, principalmente o desemprego. O país está parado e não sustenta essa situação por mais de dois anos.". Ao mesmo tempo, Joseph Stiglitz, ex diretor do Banco Mundial, afirmava que "O Brasil fica melhor sem acordo com o FMI", enquanto o próprio Armínio Fraga dizia que "Eu não renovaria o acordo com o FMI".

Se continuarmos assim, daqui a pouco apenas o governo Lula continuará a fugir do debate sobre a maior questão do país hoje: o endividamento público.

O estudo do FMI está na pág 137 do capítulo 3 do World Economic Outlook, disponível em inglês no site: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/02/pdf/chapter3.pdf> .

**"É preciso preparar o país para a moratória (...)  
Temos de agir rapidamente para fazer face às questões sociais, principalmente o desemprego".**



**Celso Furtado**

## **AUDITORIA: forma justa de se resolver a questão da Dívida**

### **Qual é a saída?**

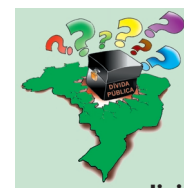
Como surgiram essas DÍVIDAS?  
Quem se beneficiou desse processo?

Quanto efetivamente tomamos emprestado e quanto já pagamos? AINDA DEVEMOS?

Qual o verdadeiro impacto dos juros nesses montantes? E dos prêmios de "risco" que nos são impostos?

Como foram aplicados os recursos? Quem está controlando esse processo de endividamento que está sacrificando o povo e comprometendo os destinos da nação brasileira?

Estas são algumas das perguntas que a AUDITORIA DA DÍVIDA pretende responder.



**A luta pela AUDITORIA DA DÍVIDA visa abrir essa caixa preta e levantar toda a verdade sobre o processo de**

**endividamento brasileiro, o qual precisamos conectar às propostas da ALCA (que representa sério risco de aprofundamento e agravamento dos processos de espoliação, dependência e submissão ao IMPERIALISMO) e da RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA APRESENTADA PELO FMI, que representa a institucionalização do fim da soberania.**

**Campanha Jubileu Sul - Auditoria Cidadã da Dívida  
Tel (61) 218-5276 - [auditoriacidada@unafisco.org.br](mailto:auditoriacidada@unafisco.org.br)**